
Fome e Lulismo. Recorte de Leitura sobre Mídia e Política¹

Luis Celestino de França Júnior²

Resumo

A fome foi um tema que desapareceu da esfera pública nos últimos anos. O trabalho apresenta um pequeno recorte dos resultados da Tese de Doutorado defendida em 2016 no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco intitulada “Transformações na Política: um estudo sobre o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral do Partido dos Trabalhadores (2002/2006)”. Considerando o contexto de transformações da política brasileira dos últimos vinte anos, o objeto da pesquisa era a tentativa de compreensão das mudanças programáticas do Partido dos Trabalhadores (PT) a partir de uma leitura de dois momentos específicos: a eleição de 2002 e a eleição de 2006. Para isso, foi feito um recorte de estudo dos programas do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). O presente trabalho apresenta a análise de um programa sobre a fome, tema que foi abordado em alguns programas de 2002, mas que depois desapareceu do conteúdo programático do PT ao longo dos demais anos, bem como uma breve revisão sobre o Lulismo. Recuperar esse último momento é o pontapé inicial de uma série de trabalhos sobre as mudanças programáticas do PT e das esquerdas bem como de suas articulações e interações midiáticas.

Palavras-chave

Fome; Consumo; Propaganda Política; Lulismo

01. Apresentação

Parando pra rever os anos em que estive envolvido na elaboração da Tese de Doutorado, percebo que todos eles foram marcados por uma tensão constante em que o PT estava sempre questionado vivendo um período de ocaso no poder e de transfiguração a partir de uma política de alianças ampla em que envolvia partidos que iam do PP ao PMDB e com ministros do Governo que iam de usineiros, representantes do agronegócio, bem como sindicalistas, profissionais liberais, militantes de movimentos sociais e professores. Esse amálgama de atores de cores ideológicas diferentes era constantemente

¹ Trabalho apresentado no XX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 5 a 7 de julho de 2018.

² Professor Adjunto da Universidade Federal do Cariri. Doutor em Comunicação.
luis.celestino@ufca.edu.br

massacrado nos campos de disputa da mídia, dos parlamentos, dos movimentos sociais, mas em certa medida ele representa a forma como o partido existiu em boa parte da sua trajetória: amálgama de pensamentos diferentes no mesmo espaço.

Minha pesquisa foi sobre o PT, portanto, foi um exercício diário nos mais de cinquenta meses tentar fazer com que o noticiário cotidiano e os debates que se travavam na esfera pública não influenciassem a pesquisa para que ela não se reduzisse a ser mais uma das falas repetidas do senso comum. O trabalho viveu sempre a tensão de oferecer um olhar e revisão crítica sobre a trajetória do partido, mas tentando se diferenciar da crítica, em certa medida banal e vulgar, que outros atores reproduziam nos cenários de disputa da mídia, dos parlamentos, de entidades da sociedade, além, claro, da miudeza do cotidiano. Não foi fácil. Ora o trabalho poderia parecer simpático demais ao PT por não ser crítico o suficiente, ora poderia parecer crítico mordaz nos mesmos moldes da extrema-direita do país. Há um esforço, portanto, de fugir desses dois polos.

Estava diante de um desafio que era perceber como as representações nos meios de comunicação também se reconfiguraram. Primeiro porque o próprio avanço dos meios digitais criou suportes que antes não existiam. Não havia a internet como esfera pública nos anos 1980. Mesmo nos anos 1990 ainda era embrionária o peso e a relevância dos meios digitais nos processos políticos e nas campanhas eleitorais. Segundo porque o próprio partido que nunca teve uma visão monolítica sobre como lidar com a mídia, também foi modificando sua relação com a mídia. E aqui falo tanto da relação com as emissoras de TV, rádio e jornais impressos brasileiros, como com a propaganda política.

Não há uma metodologia consolidada sobre o estudo do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) no Brasil. Os primeiros estudos que de alguma forma indicaram algo nesse sentido foram os de Rejane Vasconcelos (1999) e de Affonso Albuquerque (1999). A principal dificuldade parece ser o conjunto de elementos envolvidos num estudo de HGPE. Primeiro, uma legislação que se modificou de dois em dois anos entre os anos 1990 e 2000 fazendo com que cada eleição tivesse seu marco legal próprio, o que veio a influenciar nas próprias peças. Assim, por exemplo, em 1994 não havia cenas externas. Todas as imagens exibidas foram gravadas em estúdio. A partir de 2006 foram proibidas “montagens”. Uma segunda dificuldade é o fato de uma propaganda eleitoral na TV envolver áudio, texto, sons, jingles e imagem. Qualquer estudo sobre o

tema seria considerado incompleto se se apegasse somente a um desses elementos, desconsiderando os demais. O problema da pesquisa estaria restrito a uma comparação de um momento histórico muito específico na trajetória do PT. Não tive a pretensão de fazer o levantamento da trajetória do partido. É circunscrito ao momento da primeira campanha eleitoral em comparação com a primeira campanha presidencial após a experiência de quatro anos no poder. o problema central da pesquisa é o de compreender as transformações programáticas do PT entre as eleições de 2002 e 2006. Trata-se de um estudo do HGPE das duas campanhas presidenciais da chapa formada por Lula e José Alencar. Uma das chaves de leitura para compreender essa mudança é a de que o PT passou por um processo de reconfiguração centrada na ideia de inclusão de uma série de cidadãos desfavorecidos na sua capacidade de consumo de bens materiais. Aqui é importante destacar que a percepção de consumidores e cidadãos não se excluiu na visão do partido. Mas sim que viveu uma tensão e que, em algum aspecto, trouxe o debate do consumo para a centralidade e para o protagonismo da vida social brasileira. Essa inclusão de consumidores também foi acompanhada por um aumento da capacidade de consumo das classes mais baixas, ou seja, não foi somente uma inclusão mas uma melhora no poder de compra de setores mais pobres. Ganhou força inclusive uma percepção de emergência de uma nova classe média (percepção não livre de críticas nos vários debates em campos diferentes das ciências humanas).

Aqui, faria um breve destaque. As campanhas de 2002 e 2006 carregam sim muitas diferenças afinal uma era campanha de oposição e outra de Governo, mas elas são muito díspares em relação às campanhas de 1989, 1994 e 1998. A ascensão da facção do Campo Majoritário ao comando do partido a partir de um Encontro Nacional de 1995 aos poucos iria inserir uma transformação na dimensão simbólica do partido com impacto claro nas construções midiáticas. Já parti da certeza de que o *aggiornamento* começara desde 1995. Portanto o recorte em 2002 já traz um processo em curso. A imagem do Lula engravatado em contraposição ao Lula operário não nasce em 2002 nem se percebe entre 2002 e 2006. Portanto nossas preocupações evitam um certo senso comum da comparação entre o operário e o presidente. Lula já era um dirigente partidário importante desde os anos 1980 e abandonara paulatinamente um discurso voltado exclusivamente para uma classe operária. Já carregava a pretensão de ser um Presidente de classes diferentes (aliás

em certo momento até evitava essa interpretação de uma divisão da sociedade por classes).

Há discursos muito claros tanto de Lula quanto de Dilma ao longo dos seus anos de Governo numa certa defesa de incentivo ao consumo no país. E há diretrizes econômicas também nesse sentido. A melhora da renda e o incentivo ao consumo esteve presente em uma série de momentos durante os dois governos. Porém, é importante deixar claro que isso se deu com uma relativa tensão entre percepções internas de como o PT enfrentaria problemas econômicos crônicos. Exemplificaria com o caso da redução do Imposto sobre a Propriedade Industrial (IPI) em 2008 inicialmente para veículos populares e em seguida para eletrodomésticos. Na mesma medida em que fomentou esse acesso a bens materiais para setores de classe média, recebeu críticas de alguns setores dos movimentos sociais – notadamente dos que propunham novos hábitos nas cidades – pelo fato de tornarem as ruas e avenidas das cidades grandes ainda mais engarrafadas.

Não foi, portanto, algo pacífico e sem tensionamento. Ao contrário, foi algo central na trajetória do PT no Governo. É sempre bom lembrar que em 2004 o partido passou por uma cisão interna após a votação de uma proposta de Reforma da Previdência no Congresso, tendo sido expulsos por decisão do diretório nacional, três deputados federais: Babá (PA), Luciana Genro (RS) e João Fontes (SE); e a senadora Heloísa Helena (AL). A crise do mensalão em 2005 levou a novas cisões após um encontro no mesmo ano de 2005 em que um grupo de militantes do partido deixa a sigla para fundar o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) ainda a tempo da disputa da campanha presidencial de 2006.

Mas voltemos ao curso do desenvolvimento histórico do trabalho. Formulado o problema e suas chaves de leitura, passava então ao desafio de encontrar uma metodologia adequada para um estudo do HGPE. Embora tenhamos um acúmulo de mais de 30 anos de campanhas eleitorais, parece ainda não haver uma metodologia consolidada para estudo do HGPE. Em geral, são construídos modelos metodológicos em trabalhos distintos dependendo do objetivo de cada proposta de pesquisa. Parti então para uma compreensão do que se produziu na área. Dois trabalhos me ajudaram a lidar com os dados. O trabalho de Affonso Albuquerque (1999) propôs uma leitura da campanha de

1989 a partir de uma decupagem de trechos dos programas de TV dos principais candidatos à Presidência da eleição daquele ano.

Albuquerque (1999) propõe uma análise que busca responder duas questões relativas aos principais tipos de mensagens veiculadas nos programas do HGPE e que funções desempenham neles (1); e que personagens tomam parte nos programas do HGPE e que papéis desempenham neles (2). A partir dessas duas perguntas, apresenta uma proposta de três grandes funções: a) apresentar e denunciar problemas e soluções para a resolução dos mesmos; b) atacar adversários; c) promover a imagem do candidato. Apresenta ainda a possibilidade de identificar o que chama de peças de “meta-campanha” cujo objetivo é falar do andamento da campanha. O trabalho então se apropria da proposta de pesquisa de Affonso Albuquerque “Aqui você vê a verdade na Tv (1999)” para observar após uma desconstrução do HGPE em textos em áudio, imagem e fotos tentando mapear os temas determinantes na propaganda do PT para poder construir uma comparação entre as campanhas de 2002 e 2006. Outro trabalho importante que também nos serviu de base foi o de Luciana Panke: “Lula: do sindicalismo à reeleição” (2010). A proposta da autora se aproxima da análise de discurso francesa, notadamente da obra de Patrick Charadeau “O Discurso Político” (2008). O presente artigo faz um recorte de leitura e análise de dois desses programas.

02. Lulismo

O termo “Lulismo” tem sido utilizado de formas diferentes dependendo da posição dos atores em relação ao PT. Para uma boa parte dos críticos, de forma genérica a expressão ganha um tom pejorativo que o associa ao populismo de líderes latino-americanos que ignoram as instituições do Estado Democrático de Direito para dialogarem diretamente com a população. Não é essa concepção que interessa aqui. A investigação se deterá sobre o aspecto do lulismo, desenvolvido por André Singer (2012), que se discutirá a seguir mesmo sendo em certa medida uma tarefa desafiadora resumir em algumas páginas a tese do autor.

A tese principal é a de realinhamento eleitoral ocorrido na eleição presidencial de 2006 em que mesmo mantendo o mesmo percentual de votos da eleição de 2002, o partido mudou o seu “perfil de eleitor” passando a ser sustentado majoritariamente por eleitores das classes C, D e E, outrora mais alinhados a partidos de centro-direita. A expressão

“realinhamento eleitoral” foi apropriada pelo autor a partir de leituras sobre fenômenos semelhantes ocorridos no Estados Unidos e que designam a mudança de clivagens fundamentais do perfil do eleitorado que servem para definir ciclos políticos longos. Conversões de blocos de eleitores determinam agenda de longo prazo. Isso teria ocorrido sobretudo após a eleição de Franklin Roosevelt em 1932. Uma vez eleito, puxa para a base eleitoral do Partido Democrata (PD) as classes mais pobres do país afastando as elites que tradicionalmente votavam no seu partido.

Foi em 2006 que ocorreu o duplo deslocamento de classe que caracteriza o realinhamento brasileiro e estabeleceu a separação política entre ricos e pobres, a qual tem força suficiente para durar por muito tempo. O lulismo, que emerge junto com o realinhamento, é, do meu ponto de vista, o encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, o subproletariado, por meio do programa cujos pontos principais foram delineados entre 2003 e 2005: combater a pobreza, sobretudo onde ela é mais excruciante tanto social quanto regionalmente, por meio da ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade, que se concentra no Norte e Nordeste do país, sem confrontar os interesses do capital. Ao mesmo tempo também decorre do realinhamento o antilulismo que se concentra no PSDB e afasta a classe média de Lula e do PT, criando-se uma tensão social que desmente a hipótese de despolarização da política brasileira pós-ascensão de Lula (SINGER, 2012, p. 16).

Assim, a ativação do mercado interno através de uma série de programas que aumentaram o poder de compra de uma subclasse, o subproletariado, marcou fundamentalmente o realinhamento eleitoral do partido. Essa substantiva política de promoção do mercado interno voltado aos menos favorecidos corresponderia à realização de um programa que não mais leva em conta a “ruptura” com o modelo econômico vigente somando-se ao fato de que essa subclasse não é organizada politicamente em movimentos orgânicos de contestação ao capital. Isso marca uma mudança fundamental na trajetória do PT que, mesmo se reafirmando como socialista em encontros nacionais, congressos e reuniões de tendências internas, passa fundamentalmente a se caracterizar pelo que Singer define como de um “reformismo fraco”.

Singer (2012) corrobora a tese de que o Governo Lula não rompeu com os principais pontos da política macroeconômica do seu adversário Fernando Henrique Cardoso: metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário nas contas públicas. Tratou-se de uma decisão política e ideológica para assegurar elemento vital na conquista do apoio dos mais pobres: a manutenção da ordem.

O Governo Lula afastou-se de aspectos do programa de esquerda adotado pelo PT até o fim de 2001, o qual criticava a estabilidade de preços alcançada com a estabilidade de preços alcançada com o sacrifício de outros objetivos

relevantes, como o crescimento econômico, a abolição das restrições ao movimento de capitais e a Lei de Responsabilidade Fiscal por tolher elementos importantes de autonomia dos entes federados, engessando, em alguns casos, os investimentos em políticas sociais. O objetivo foi impedir que uma reação do capital provocasse instabilidade econômica e atingisse os excluídos das relações econômicas formais. Para trabalhadores com carteira assinada e organização sindical, a luta de classes em regime democrático oferece alternativas de autodefesa em momentos de instabilidade. Porém, os que não podem lançar mão de instrumentos equivalentes, por não estarem organizados, seriam vulneráveis à propaganda oposicionista contra a ‘bagunça’ (...) Não tenho elementos para julgar se a correlação de forças permitia arriscar outra via, implicando algum grau de confronto com o capital. O fato é que o Governo optou por conter a subida dos preços pelo caminho ortodoxo aprofundando as receitas neoliberais, com a combinação de corte no gasto público e aumento de juros. Com efeito, a redução da demanda e a volta dos dólares que haviam fugido com medo da esquerda seguraram a inflação, que tinha alcançado a marca de 12,53% em 2002, caindo a 9,3% em 2003, 7,6% em 2004 e 5,7% em 2005. O presidente vocalizou, então, o discurso conservador de que o seu mandato não adotaria nenhum plano que pusesse em risco a estabilidade, preferindo administrar a economia com a ‘prudência de uma dona de casa’. Se, ao fazê-lo, estabelecia um hiato em relação ao passado do seu próprio partido, em troca criava uma ponte ideológica com os mais pobres (SINGER, 2012, p. 75-76).

O primeiro aspecto importante a ser considerado é como o autor caracteriza o que ele chama de “subproletariado” e qual a parcela da população brasileira que se inclui dentro desse subgrupo. André Singer (2012) se apropria da categoria identificada por Paul Singer: subproletários são aqueles que oferecem força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais. Seriam empregados domésticos, assalariados de pequenos produtores e trabalhadores destituídos de condições mínimas de participação na luta de classes. Para quantificá-los, estariam localizados na faixa de até dois salários mínimos, abarcando 47% de todo eleitorado brasileiro, ou seja, a fração de classe mais populosa do Brasil e capaz de influenciar o resultado das eleições.

É possível articular a proposição de Singer (2012) da existência de um subproletariado na estrutura da sociedade brasileira com o que o sociólogo Jessé Souza (2009, p.122) chamou de “ralé brasileira” numa pesquisa em que um conjunto de pesquisadores investigou as condições de trabalho de catadores, empregadas, guardadores de carro, prostitutas, “pessoal responsável pela limpeza” etc.

Essa é a classe que compõe cerca de 1/3 da população brasileira, que está abaixo dos princípios de dignidade e expressivismo, condenada a ser portanto apenas ‘corpo’ mal pago e explorado, e por conta disso é objetivamente desprezada e não reconhecida por todas as outras classes que compõem nossa sociedade. Essa é também a razão da dificuldade de seus membros construírem qualquer fonte efetiva de confiança e de estima social, que é, por sua vez, o fundamento de qualquer ação política autônoma. É apenas porque nós brasileiros permitimos a reprodução continuada de uma classe condenada a ser

‘corpo’ sem alma ou mente (ou seja, uma forma de indivíduo racional aproveitável econômica e politicamente) que podemos também temê-la e persegui-la cotidianamente como delinquentes ou delinquentes potenciais. É apenas por serem percebidos como meros corpos, numa sociedade que valoriza a disciplina e o autocontrole acima de tudo, é que essa classe desprezada é vista como tendencialmente perigosa e como assunto a polícia e não da política (SOUZA, 2009, p. 122).

Da mesma forma, Francisco de Oliveira (2007) estima que transitaria entre o azar e a sorte 60% da força de trabalho brasileira. “O trabalho sem formas inclui mais de 50% da força de trabalho e o desemprego aberto saltou de 4% no começo dos anos 1990 para 8% em 2002 segundo a metodologia conservadora do IBGE” (OLIVEIRA, 2007, p. 34). Mesmo sendo difícil quantificar, é possível reconhecer a existência de uma parcela significativa da população brasileira como “subproletariado” nos termos de Singer (2012), “Ralé brasileira” nos termos de Souza (2009) ou “trabalho sem forma” na expressão de Oliveira (2007).

A aproximação do Governo com essa subclasse não se deu de forma instantânea e automática e direta, mas marcada por algumas fases e descontinuidades. Numa primeira fase, ainda no início do Governo em 2003, há uma aproximação do Governo com teses neoliberais: contenção da despesa pública, elevação de juros, manutenção do câmbio flutuante, quase congelamento do salário mínimo e reforma previdenciária com redução de benefícios. Em setembro de 2003 ocorre um aumento das transferências de renda a partir do lançamento do programa Bolsa Família. Ainda em 2003, a partir de convênio assinado entre sindicatos e bancos, cria o “crédito consignado” e a partir de maio de 2005 (o salário mínimo aumentou 8,5% acima da inflação daquele ano) há uma valorização do salário acima da inflação. Essas três últimas medidas promoveram ativação do mercado interno permitindo a essa subclasse uma melhora na capacidade de consumo.

A dupla cara do programa adotado permitiu que, enquanto perante o capital, interno e externo, o governo fizesse o discurso do atendimento integral dos itens pactados por meio da ‘Carta ao Povo Brasileiro’ (junho de 2002), diante das bases populares afirmasse ter posto em prática itens do programa histórico do PT, já que o fortalecimento do mercado interno de massa correspondia à plataforma petista. É verdade que, no decorrer da trajetória anterior, o partido não acreditava que fosse possível ativar o mercado interno sem confrontar os interesses do capital financeiro. Ter descoberto que com uma quantidade relativamente modesta de recursos e opções que não dependiam do Orçamento da União (como o caso do crédito consignado) era possível revitalizar regiões muito carentes, como o interior nordestino, foi o que garantiu juntamente com a melhora da conjuntura econômica internacional, o sucesso da fórmula lulista (SINGER, 2012, p. 145).

O Produto Interno Bruto chegou a crescer 5,7% em 2004 e, ao mesmo tempo que beneficiou as camadas de menor renda, produziu um alto lucro pras empresas. Nos primeiros quatro anos do Governo Lula, houve um crescimento médio de 3,2%.

Num segundo momento do Governo, marcado pela ascensão de Guido Mantega em março de 2006 ao Ministério da Fazenda, houve uma maior valorização do salário mínimo (13% de aumento real em 2006), alguma flexibilização dos gastos públicos e redução das taxas de juros. “Do ponto de vista da fração de classe que sustenta o lulismo o principal efeito dessa reformulação foi que a geração de empregos se acelerou, passando a ser decisiva no combate à pobreza (SINGER, 2012, p. 147).

O lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em janeiro de 2007 permitiu um aumento no investimento público, o Estado voltando a ser indutor da atividade econômica. Com a crise financeira internacional de 2008, o Governo adotou outra medida de subsídio ao consumo ao reduzir as alíquotas do Imposto sobre a Produtos Industrializados (IPI), primeiro dos automóveis populares, depois da linha branca de eletrodomésticos.

03. Combate à fome

Lula: O tema do nosso programa de hoje é o combate à fome. Já estive três vezes no Vale do Jequitinhonha e nem que eu viva cem anos vou conseguir esquecer do que vi.

Uma senhora negra: A nossa cidadania é a fome porque eu mesma não tenho vergonha de falar não. Eu lá em casa passo muita necessidade.

Uma mulher velha: As crianças pede o que de comer. As crianças chora e a gente chora também. Tem hora que a gente chora mesmo. As crianças não sabe de nada. Quer é comer. Então tem hora que não tem. O que é a gente vai fazer? É assim... tem coisa que não é boa não. Com fé em Deus a gente veve.

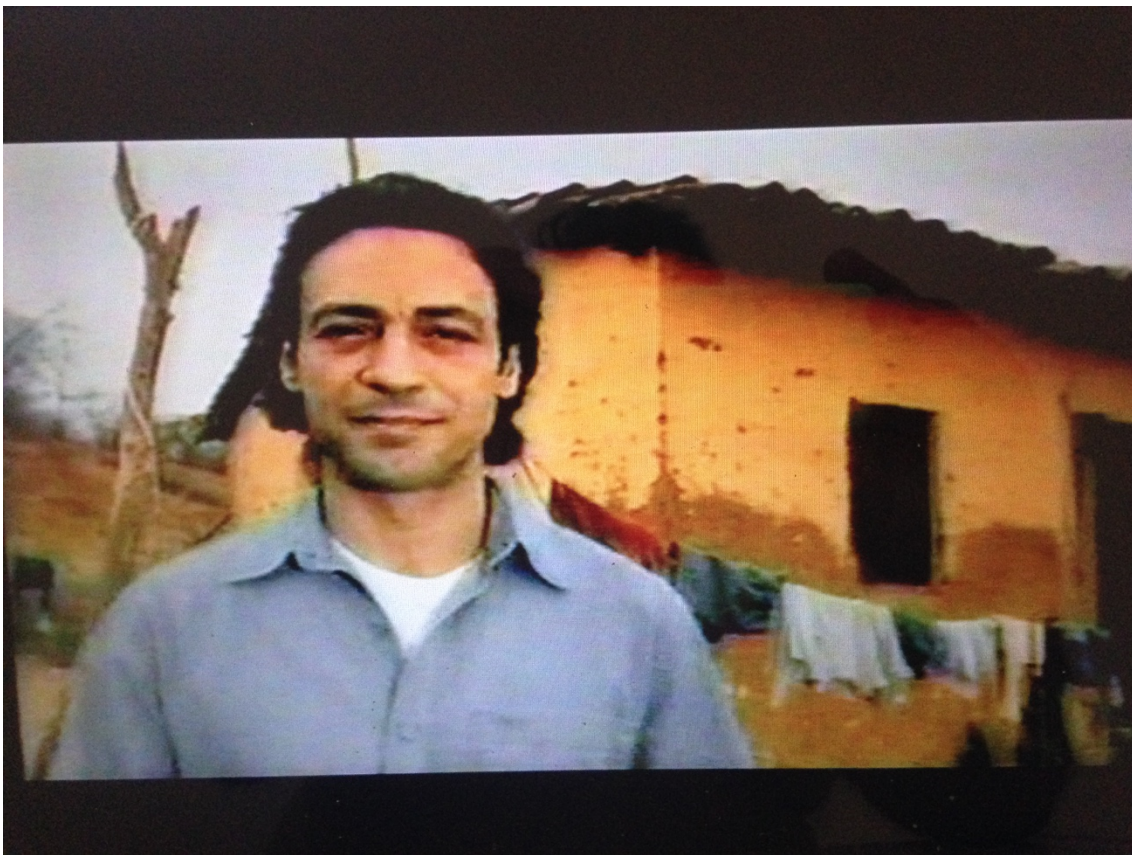
Luiz Carlos Vasconcelos (ator): De quatro em quatro anos tem eleição pra Presidente. De quatro em quatro anos os brasileiros e brasileiras dos lugares mais pobres desse país comparecem religiosamente às urnas pra dar o seu voto e a sua esperança é cada vez menor de que passada a eleição alguém um dia se lembre que eles existem (HGPE, 22/08/2002).

Dentro da construção de um ethos de identificação que transite entre atores diferentes do eleitorado brasileiro, o segundo programa do HGPE funciona como uma espécie de contrabalanço ao programa anterior. Enquanto o primeiro programa parece ser direcionado ao empresariado do setor produtivo brasileiro, o segundo programa toca no

tema da miséria e da fome. Vista em conjunto, a campanha de 2002 segue esse caminho de mapear outros setores (agropecuária, educação, saúde, cooperativismo).

O tema da miséria esteve presente desde os anos 1980 na trajetória do PT. Dos movimentos contra a carestia nos anos 1980 à luta das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica incorporadas em grande parte pelo PT dos anos 1980, falar de miséria tocava também a uma militância histórica do partido.

Imagem 5



O ator paraibano Luiz Carlos Vasconcelos

Lula (sentado, vestindo uma camisa azul e uma gravata vermelha. Ao fundo, numa imagem desfocada um grupo de pessoas conversa como se estivesse num escritório): Não é possível que num país com a dimensão do Brasil com tanta terra fértil e com um povo trabalhador 43 (quarenta e três) milhões de pessoas passem fome e vejam que o Brasil produz alimentos suficientes para toda a sua população. O que falta não é comida. O que falta é emprego. É dinheiro. Para que as pessoas possam comprar o que por na mesa. Que país é esse onde o Poder público entra ano e sai ano e continua ignorando o povo mais pobre e os mais necessitados. A miséria. A Pobreza é uma realidade que o Presidente da República tem que enfrentar.

Música de Zezé di Camargo e Luciano: Tem alguém levando lucro. Tem alguém colhendo fruto sem saber o que é plantar. Está faltando consciência. Está sobrando paciência. Está faltando alguém mudar.

Imagem: casas de taipa e imagens de crianças maltrapilhas. (HGPE, 22/08/2002)

José de Souza Martins (2016) é um autor que deve ser lido entre aqueles que um dia foram militantes e simpatizantes do partido, mas se decepcionaram com a trajetória do PT no Governo. Essa ressalva é feita para entender que uma boa parte da crítica que produz carrega esse lado de uma decepção com o “que poderia ter sido” o PT. Os discursos do PT sobre a miséria carregariam uma marca forte de sebastianismo e da criação de uma figura messiânica.

Porém a insistência no tema do “combate à miséria” fazia de Lula um sujeito que podia transitar dentro dessa identificação com os pobres. A começar pela sua própria biografia de imigrante nordestino que chega em São Paulo num pau de arara e enfrenta muitas dificuldades nessa trajetória antes de se tornar um homem público importante. Em vários momentos do HGPE daquele ano há menção à trajetória e história de vida Lula.

Lula: Como em outros lugares assim, o jovem acaba largando tudo e fugindo pra cidade grande em busca de mais esperança. Ai o mais grave acontece. As capitais. As cidades maiores estão cheias de problema. De violência. De droga. De desemprego. E esses milhares de jovens que chegam que não conseguiram uma oportunidade vão aumentar ainda mais o contingente já tão grande dos que não tem onde morar, dos que não tem onde comer, dos que não tem onde trabalhar. E se enganam aqueles que acham que o problema da fome no Brasil acontece apenas no sertão nordestino. Talvez a fome mais injusta e mais cruel aconteça exatamente na periferia das grandes cidades brasileiras bem próximas do progresso e da riqueza

Locutor: Combate à fome, à miséria e à violência. Para Lula, a fome, a violência e os principais problemas do povo serão resolvidos com emprego digno e salário justo. Exatamente por isso seus projetos caminham sempre nesta direção. Incentivo à agricultura familiar. Criação de novas cooperativas. Reforma agrária justa, pacífica e bem planejada. Ampliação do microcrédito sem avalista, através do Banco do Povo. Programa Renda Mínima. Programa Bolsa Escola. Ampla política de desenvolvimento e geração de empregos nos pequenos municípios do interior do país

Lula: Não me conformo com a pobreza e não vou me conformar nunca com a miséria. Quero ser o Presidente da esperança, da fartura, da justiça e da oportunidade para todo o povo brasileiro.

Ator: Ao fazer um programa específico de combate à fome, Lula define claramente a cara do seu governo. Um governo que olha pra cima, pro futuro, pro desenvolvimento da nação, mas que não esquece também de olhar pra baixo, pros fracos, pros pequenos, pros famintos que significam mais de 40 milhões de brasileiros.
(HGPE, 22/08/2002).

Não aparece ainda em destaque os programas de transferência de renda. Visto em retrospecto, é curioso perceber que em 2002 a referência a isso aparece em menos de cinco segundos enumerado entre outras propostas. Não há ainda uma formulação sólida de que esse seria um programa fundamental durante o Governo com a criação do Bolsa Família em setembro de 2003. Na verdade, em 2002 ainda aparece como “Bolsa Escola”, uma experiência implementada pelo Governador do Distrito Federal, Cristóvão Buarque que, naquele ano, era candidato ao Senado. É importante ressaltar então que os programas de transferência de renda são construídos discursivamente nesse primeiro momento como associados ao combate à fome.

Outro aspecto interessante é a referência à reforma agrária. Outrora ponto central na campanha de 1989, em 2002 aparece como “reforma agrária pacífica, justa e bem planejada” e dentro de um programa de combate à fome, não dentro da promoção de justiça social. Além do mais, há referências à ampliação do microcrédito e criação de cooperativas. Seria precoce afirmar que aqui começa a se evidenciar uma percepção de empreendedor em vez de trabalhador, até porque no programa anterior usou e abusou da palavra trabalhador. Porém não seria absurdo sugerir que é embrião de uma nova perspectiva. No tema de combate à fome, não é exclusivo o papel do Estado (como muitos dos críticos podem considerar assistencialista o Governo).

Além do mais, o uso da palavra “combate” e a fome associada à miséria e à violência sugerem alguns pontos delicados. O primeiro é que a palavra combate incorpora uma noção de luta ou de guerra. A fome, violência e a miséria seriam então materializadas numa luta simbólica de algo externo e estranho? Se essa mesma palavra “combate” está associada a problemas de saúde pública, como epidemias, distancia os enquadramentos sobre a fome como advindos de problemas estruturais da formação da sociedade brasileira. Em nenhum momento, está em discussão na campanha de 2002 qualquer programa de reestruturação da sociedade brasileira. A solução dos problemas da fome, da miséria e da violência aparecem associados a um aumento da renda muito mais do que a esse aspecto transformador da sociedade.

04. Considerações Finais

A fome foi um tema que desapareceu da esfera pública nos últimos anos e, aos poucos, tem voltado a despertar interesse dos estudos em ciências humanas e, obviamente, na sua interação e representação midiática diante do aumento da miséria no país. Tema que também volta a ocupar a esfera pública. Já o Lulismo também vem sendo reavaliado enquanto conceito diante de contradições que teriam levado à implosão de suas premissas principais.

O artigo remete a uma Tese de Doutorado defendida em 2016 como comunicação que busca reunir pontos para pesquisas futuras que busquem compreender tanto o Lulismo e suas contradições na articulação com as representações e interações midiáticas bem como buscará pesquisas e investigações futuras sobre a retomada dos temas da fome e da miséria na agenda política nacional.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Afonso de. **“Aqui você vê a verdade na tevê”**. Niterói, MCII, 1999.

ALDÉ, Alessandra. **A construção da política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro, EdFGV, 2004.

CARVALHO, Rejane. **Transição Democrática Brasileira e Padrão Midiático Publicitário da Política**. Campinas, Pontes, 1999.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e Representação: Territórios em Disputa**. São Paulo, Editora Unesp, 2014.

POCHMANN, Marcio. **Nova Classe Média?** São Paulo, Boitempo, 2014.

POCHMANN, Marcio. “Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI” in **Lula e Dilma**. SADER, Emir. São Paulo, Boitempo, 2013.

RICCI, Rudá. **Lulismo: da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2010.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Jessé. **Os Batalhadores Brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte, EdUFMG, 2010.